

O Orçamento Federal Norte-Americano em Resumo

(Tradução de *Martha Bastos*)

III — PARTE

DESPESA ORÇAMENTÁRIA BRUTA E LÍQUIDA POR ÓRGÃO

NO orçamento para 1955 procedeu-se a uma importante modificação esclarecedora nos quadros demonstrativos da despesa orçamentária. Nos orçamentos anteriores, os totais das despesas não esclareciam o escopo das atividades do Governo, porquanto incluíam, em base líquida, o montante despendido por uma série de entidades governamentais que se ocupam de operações do tipo negócios com o público. Na execução de suas funções, essas entidades públicas recebem dinheiro de fregueses ou clientes — juros ou arrecadações sobre empréstimos ou pagamentos efetuados devidos a mercadorias entregues ou serviços prestados. A maior parte das empresas pode, por lei, utilizar-se de sua receita ou de suas arrecadações para levar a efeito as operações para as quais foram criadas. Conforme pode-se observar no quadro, essa receita e essas arrecadações, provenientes do público no exercício de 1955, são estimadas em um total de 11 bilhões de dólares.

As atividades de uma entidade pública são efetuadas mediante os chamados fundos rotativos. Algumas entidades são organizadas como corporações do Governo, enquanto outras, como os Correios, não são incorporadas.

Nas tabelas de resumos anteriores do orçamento, a receita proveniente de tais fundos era subtraída da despesa, mostrando-se apenas, como despesa, a diferença. Embora a utilização dos dados numéricos brutos ou dos líquidos produza o mesmo efeito sobre o excedente ou deficit orçamentário, o método anterior de apresentar apenas os dados numéricos líquidos, nos quadros do resumo, não revelava o escopo total das transações financeiras do Governo.

Quando as entidades governamentais de empréstimos utilizam suas arrecadações sobre empréstimos antigos para conceder novos empréstimos, os dados numéricos da despesa líquida não pode demonstrar o volume dos novos empréstimos nem os novos riscos que os mesmos acarretam.

Os quadros em resumo do orçamento para 1955 revelam a despesa bruta e líquida, efetuada com fundos de empreendimentos públicos. A diferença revela o montante da receita proveniente do público, nos fundos rotativos.

Conforme pode-se observar no quadro seguinte, a maior parte da receita de 11 bilhões de dólares, durante o exercício de 1955, provirá de entidades públicas, que fazem parte dos Departamentos Independentes do Governo, Órgão de Financiamento de Casa Própria, do Departamento da Agricultura e do Departamento de Correios.

Os bancos de crédito do Governo Federal abrangem cerca de dois-terços da receita das entidades públicas nos Departamentos Independentes. A Administração da Casa Popular e a Associação Federal Nacional de Hipotecas, abrangem a maior parte da receita do Órgão de Financiamento de Casa Própria. O programa de preços de subvenção da Corporação de Crédito para Mercadorias abrange a maior parte da receita do Departamento da Agricultura. A principal fonte de renda do Departamento de Correios é a venda de selos postais e outros serviços.

TENDÊNCIAS DO ORÇAMENTO FEDERAL

O orçamento federal tem um papel preponderante na vida econômica da Nação. O Governo Federal empregará, durante o exercício de 1955, através dos 56 departamentos e órgãos do poder executivo, uma média superior a 2.000.000 de civis e manterá uma força militar de cerca de . . . 3.200.000 homens e mulheres em serviço ativo. Por meio de contratos com construtores e produtores particulares, encomendará mercadorias, que serão produzidas por milhões de outros empregados particulares. Despenderá uma média aproximadamente de 260 milhões de dólares por cada dia de trabalho, e 5,5 bilhões de dólares por mês.

O orçamento federal vem aumentando de forma considerável nas últimas décadas. Calcula-se que o orçamento para 1955 encontra-se em nível 125 vezes maior do que em 1900, e quase 20 vezes maior do que em 1930. Não se levando em consideração os anos de guerra, a despesa do Governo passou de 521 dólares, em 1900, para cerca de 3 bilhões de dólares por ano, na década subsequente à Primeira Guerra Mundial. Com a adoção de medidas de combate à depressão, durante a década dos 30, a despesa federal aumentou, atingindo 9,1 bilhões de dólares, em 1940. Cerca da metade deste montante foi despendido em programas de segurança social e agricultura e grande parte em obras de auxílio. Após o aumento considerável que se verificou durante a Segunda Guerra Mundial, sobreveio uma queda sen-

sível, mas as despesas federais encontravam-se ainda muito superiores ao nível de antes da guerra. Durante o exercício de 1955, por exemplo, a despesa será de 39,6 bilhões de dólares, ou seja, mais de 4 vezes o montante dos gastos governamentais em 1940. Mas o total da despesa efetuada com a defesa nacional, relações exteriores, serviços e benefícios para veteranos de guerra e pagamento de juros, era quase 10 vezes maior do que em 1940. Com a deflagração do conflito coreano, em junho de 1950, a despesa do Governo Federal subiu novamente, uma vez que os Estados Unidos expandiram o seu programa militar. Estima-se em 65,6 bilhões de dólares a despesa orçamentária do exercício de 1955, sendo que 68 por cento da mesma destinar-se-ão a programas diretamente relacionados com a segurança nacional.

A receita orçamentária federal acusou, igualmente, aumentos consideráveis, desde o início do século. A modificação de nosso sistema tributário, impostos mais elevados, e uma renda nacional em crescimento, tiveram papéis importantes neste aumento.

A receita orçamentária atingiu, em 1900, a 567 milhões de dólares, consistindo totalmente de impostos alfandegários e de consumo (principalmente sobre bebidas e tabaco). Em 1920, a receita orçamentária foi de 6,6 bilhões de dólares, quase 12 vezes maior do que em 1900. Após a adoção da 16.^a emenda à Constituição, introduziram-se em 1913 os impostos sobre a renda individual e de corporações e as taxas foram aumentadas após a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. Esses impostos produziram, em 1920, 3,9 bilhões de dólares, ou quase 60 por cento do rendimento. Durante a década de 1920, a receita orçamentária oscilou entre 3,6 e 4,0 bilhões de dólares, anualmente, uma vez que várias reduções de impostos foram contrabalançadas pelo crescimento da renda nacional. Verificou-se, nos primeiros anos da década de 30, um decréscimo para 2 bilhões de dólares na receita, em consequência do declínio dos negócios e da renda nacional. Todavia, a receita elevou-se gradualmente, mediante uma recuperação econômica, atingindo 5,1 bilhões de dólares, em 1940. Como resultado de vários aumentos de impostos e de rendimentos crescentes, durante o período da Segunda Guerra Mundial, a receita orçamentária atingiu o seu máximo, durante a guerra, chegando a 44,5 bilhões de dólares em 1945. Após o término da guerra, reduziram-se os impostos, que permaneceram, porém, em um nível superior aos anos anteriores à guerra. A receita atingiu, em 1950, o montante de 36,5 bilhões de dólares, que foi o mais baixo de todos os anos do pós-guerra. Os aumentos de impostos, postos em vigor por ocasião do início do conflito coreano, juntamente com o alto nível das atividades de negócios e com uma renda nacional em elevação, ocasionaram um aumento considerável da receita orçamentária, desde 1950.

Estima-se a receita orçamentária para o exercício de 1954 em 67,6 bilhões de dólares, o máxi-

mo jamais atingido. A receita orçamentária para o exercício de 1955 é estimada em 62,7 bilhões de dólares, quase 5,0 bilhões a menos do que em 1954.

Entre 1900 e 1953, o Governo operou com deficit em 31 exercícios, 20 dos quais a partir de 1930. A partir da década dos 20, anos de superavit, de 1931 a 1945 constaram-se deficits, devidos em primeiro lugar ao declínio da receita e depois ao aumento da despesa. O maior deficit anual, que montou a 57,4 bilhões de dólares, verificou-se em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, até a deflagração das hostilidades na Coréia, houve dois anos de superavit e dois anos de deficit. Desde a guerra coreana, a receita superou a despesa em apenas um exercício.

FUNDAÇÕES — RECEITA E DESPESA

A maior parte das transações financeiras do Governo refletem-se diretamente na receita e despesa orçamentárias. Todavia, algumas atividades importantes são levadas a efeito por meio de fundações, em que o Governo atua na qualidade de administrador. Os principais programas executados através das fundações são o seguro para sobreviventes e o seguro velhice, seguro-desemprego, aposentadoria para ferroviários, aposentadoria para funcionários públicos federais, e seguro de vida para veteranos de guerra.

As transações efetuadas pelas fundações não se incluem nos totais da receita e despesa orçamentárias. A receita de tais fundações provem sobretudo de descontos efetuados em folhas de pagamento ou, no caso do seguro de vida para veteranos de guerra, de prêmios pagos pelos segurados. Essa receita fica em caução nas mãos do Governo. O dinheiro só pode ser despendido para as finalidades precípua da fundação — sobretudo para o pagamento, a quem de direito, de benefícios, para os quais a fundação foi criada.

A receita total das fundações é sempre superior à despesa, porquanto as mesmas recebem, anualmente, vários bilhões de dólares a mais do que despendem. A maior parte do rendimento das fundações, que excede a despesa corrente, é investida em títulos do Governo. Em fins do exercício de 1953, as fundações do Governo eram portadoras de títulos dos Estados Unidos, num montante superior a 42 bilhões de dólares.

De todas as fundações, a maior é a que se encarrega do seguro para sobreviventes e do seguro-velhice. Esta fundação é financiada, sobretudo, por descontos especiais em folha de pagamento, pagos tanto por empregados como por empregadores. Esta taxa subiu de 1-1/2 para 2 por cento em 1 de janeiro de 1954. A despesa efetuada por essas fundações consiste em (1) benefícios mensais pagos a trabalhadores aposentados ou a sobreviventes e (2) despesas administrativas do programa.

A fundação que se ocupa do seguro para ferroviários e do seguro para funcionários públicos

federais, funciona de maneira idêntica à da fundação do seguro para sobreviventes e seguro-velhice.

A fundação que se encarrega do seguro-desemprego é financiada por descontos em folha de pagamento, que os Estados e a Junta Ferroviária de Desemprego arrecada dos funcionários e envia ao Tesouro Federal. A despesa consiste principalmente em retiradas feitas pelos Estados e pela Junta, para o pagamento a trabalhadores de benefícios como compensação por desemprego.

As fundações encarregadas com o seguro de vida para veteranos de guerra, proporcionam este seguro aos veteranos da primeira e segunda guerras mundiais. A receita consiste grandemente em prêmios pagos pelos segurados, e a despesa decorre, principalmente, de pagamentos aos beneficiários das apólices, bem como pagamentos de dividendos.

As estimativas feitas para as transações dessas fundações, durante o exercício de 1955, conforme se verifica pelo gráfico ao lado, incluem as recomendações do Presidente para a expansão e o melhoramento do sistema de seguro social.

No que se refere ao sistema de seguro-velhice e para sobreviventes, o Presidente recomendou que o mesmo fosse estendido a mais 10 milhões de trabalhadores e suas famílias — agricultores por conta própria, trabalhadores profissionais, trabalhadores casuais e, numa base de escolha, funcionários de governos estaduais e municipais. Recomendou ainda que se aumentassem as taxas de benefícios e se procedessem a outros melhoramentos.

Quanto ao sistema de seguro-desemprego, o Presidente propôs fosse o mesmo expandido a fim de incluir empregados de firmas com menos de oito trabalhadores. Apenas em doze Estados fazem-se necessárias emendas para levar a efeito o que foi proposto.

RECEITA PROVENIENTE DO PÚBLICO E PAGAMENTOS FEITOS AO PÚBLICO

A fim de demonstrar o movimento total de dinheiro entre o público e o Governo Federal, preparou-se uma declaração sobre "receita proveniente do público e pagamentos feitos ao público. Esta declaração foi também chamada de "declaração do montante em caixa consolidado" e ainda "movimento de entrada e saída do montante em caixa do Tesouro dos Estados Unidos".

A expressão "público", aqui empregada, inclui: cidadãos; bancos, inclusive os Sistemas Federal de Reservas e de Caixas Econômicas administradas pelos Correios; negócios; sociedades anônimas particulares; governos estaduais, municipais e estrangeiros; e organizações internacionais. O Governo Federal abrange transações orçamentárias, transações efetuadas por fundações, e transações de sociedades anônimas patrocinadas pelo Governo, contabilizadas nos livros do Tesoureiro dos Estados Unidos.

O quadro demonstra como os totais da receita proveniente do público e dos pagamentos feitos ao público procedem da consolidação da receita e despesa orçamentárias com as transações das fundações. Nesta consolidação, as transações entre as entidades governamentais e as fundações, tais como juros pagos pelo Tesouro sobre títulos dos Estados Unidos dos quais as fundações são portadoras, são eliminadas. Não representam elas transações de caixa entre o Governo e o público. Algumas outras transações que não são igualmente transações de caixa foram também eliminadas na consolidação. Por exemplo, os juros que incidem sobre bônus públicos, são considerados despesa orçamentária, na época em que incidirem. Conseqüentemente, esta consolidação elimina o acúmulo de juros, mas inclui os juros pagos na época do resgate.

Estima-se que, durante o exercício de 1955, o movimento de dinheiro entre o Governo Federal e o público proporcionará uma receita superior em 115 milhões de dólares aos pagamentos a serem efetuados. Esta cifra pode ser comparada ao excedente da receita, de 5,3 bilhões de dólares em 1953, à estimativa de 6,6 bilhões de dólares para o exercício de 1954, de acordo com a mensagem orçamentária para 1954, e a 234 milhões de dólares que ora se estima para o exercício de 1954.

OBRAS PÚBLICAS FEDERAIS

Na execução de suas diversas funções, o Governo Federal necessita de uma série de obras e construções. Essas vão desde pequenos edifícios até grandes aproveitamentos de bacias fluviais e instalações militares. Algumas dessas instalações são construídas diretamente pelo Governo Federal, como obras públicas civis ou militares. Em outros casos, o Governo concede empréstimos e auxílios aos governos estaduais e municipais, para a construção de obras públicas que forem de interesse nacional.

A despesa federal com obras públicas faz parte da despesa já discutida na II parte deste folheto, onde foram classificadas como os principais programas de que fazem parte. Nesta última parte foram elas agrupadas a fim de demonstrar a magnitude e a tendência das atividades federais em relação a obras públicas.

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, as obras públicas federais, bem como os auxílios e empréstimos federais concedidos para obras públicas aumentaram de volume e tornaram-se de natureza mais variada. A despesa efetuada para tais fins passou de 2,2 bilhões de dólares, no exercício de 1950, para 5,2 bilhões de dólares, em 1953. Estima-se que as mesmas cairão para 4,5 bilhões de dólares, em 1955.

Uma grande expansão das construções para fins de segurança nacional ocorreu após o ataque da Coreia. Estima-se em 2,9 bilhões de dólares as despesas efetuadas com obras de construção para a defesa nacional, em 1955. As obras públicas militares abrangem a maior parte deste total. In-

cluem êlas tanto instalações no estrangeiro como no país, e ainda instalações de treinamento e experiências, bem como bases de operação para a Fôrça Aérea, a Marinha e o Exército. As despesas com usinas e instalações de energia atômica são estimadas em 1,2 bilhões de dólares, em 1955, principalmente para o aumento da capacidade de produção de Hanford, Washington; Oak Ridge, Tennessee; Paducah, Kentucky; e uma nova usina em Portsmouth, Ohio.

Os programas de obras públicas civis do Governo Federal exigirá uma despesa de 1,6 bilhões de dólares, em 1955. Cêrca de 95 por cento dêste montante refere-se a programas iniciados em anos anteriores. Entretanto, o orçamento prevê o início de alguns novos projetos de maior urgência.

Cêrca da metade da despesa a ser efetuada com obras civis em 1955, refere-se ao aproveitamento de bacias fluviais. Incluem-se despesas para obras de contrôle de enchentes, irrigação, navegação, energia, e para projetos de fins múltiplos. Alguns dos grandes projetos para fins múltiplos encontram-se em fase de conclusão, e outros serão concluídos dentro dos próximos anos. Despesas com rodovias e estradas, sobretudo na forma de auxílios aos Estados para o programa rodoviário auxiliado pelo Governo, abrangem a segunda parte mais elevada. Em 1955, espera-se que as arrecadações de antigos empréstimos para a construção de moradias populares de aluguel baixo excedam os novos empréstimos, o que resultará em uma receita líquida de 197 milhões de dólares, para êste programa. O restante das despesas com obras públicas federais dizem respeito a hospitais, escolas, edifícios públicos, laboratórios de pesquisas e outras instalações.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Atividades de pesquisa e desenvolvimento são mantidas ou levadas a efeito por vários órgãos federais, seja como finalidade básica seja como um meio para melhorar a eficiência de suas outras operações. As despesas federais com pesquisas e desenvolvimento fazem parte das despesas já discutidas na II parte do presente folheto, onde foram classificadas com os principais programas de que fazem parte. Foram aqui agrupadas a fim de demonstrar a magnitude e a combinação das atividades federais de pesquisas e desenvolvimento.

Estimam-se em 2,0 bilhões de dólares as despesas do Governo Federal, com programas de identificáveis pesquisas e desenvolvimento, no exercício de 1955, ou seja, 5 por cento menos do que em 1954. O total inclui 190 milhões de dólares para o alargamento de edifícios de pesquisas e equipamento de maior necessidade, e 1.824 milhões de dólares para a execução das pesquisas e do desenvolvimento.

Essas despesas do Governo Federal aumentaram consideravelmente durante a Segunda Guerra Mundial, tendo aumentado de 1 bilhão de dólares por ano, até 1944. Daí por diante decaíram novamente, mas voltaram a subir, a um nível ja-

mais atingido, durante o conflito coreano. Essas variações consideráveis refletem modificações, que ocorreram na magnitude das atividades de pesquisa para fins militares e outros fins da segurança nacional. As despesas com outros programas governamentais de pesquisa, mantiveram-se relativamente estáveis.

Durante o exercício de 1955, mais de 70 por cento das despesas do Governo Federal, a serem efetuadas com programas de pesquisa, referem-se ao Departamento da Defesa, no seu trabalho de desenvolver novas armas, melhorar as já existentes, e aumentar a eficiência das fôrças armadas, aplicando conhecimento e técnicas científicas aos problemas de natureza militar. A Comissão de Energia Atômica cuida das pesquisas e do desenvolvimento com objetivo de melhorar as armas existentes, de proporcionar uma produção mais eficiente de materiais fissíveis, de estudar o problema da geração de energia elétrica mediante a utilização de energia atômica, e de proteger o pessoal dos perigos de irradiação e de outros acidentes causados pela operação da energia atômica. O Comitê Consultivo Nacional de Aeronáutica encarrega-se de pesquisas básicas e de sua aplicação, para obter dados científicos e de engenharia, cuja finalidade é melhorar o planejamento e o desempenho de aviões, projéteis controlados e sistemas de propulsão. As descobertas da Comissão de Energia Atômica e do Comitê Consultivo Nacional de Aeronáutica, proporcionam contribuições de alto valor tanto para fins bélicos como para fins civis.

O Departamento da Agricultura encarrega-se de pesquisas fundamentais relativas à produção, armazenagem, distribuição e utilização de produtos agrícolas. Estuda também problemas de nutrição e economia doméstica. O Departamento do Bem-Estar, Educação e Saúde pesquisa a causa, prevenção e tratamento do cancer, de afetações cardíacas, doenças mentais, e outros problemas de natureza sanitária.

Dezoito outros órgãos do Governo Federal também foram incluídos nas despesas orçamentárias, para proceder a pesquisas e desenvolvimento, porém com quantias menores.

Mais de 90 por cento das despesas federais com pesquisa e desenvolvimento referem-se à aplicação das pesquisas, a desenvolvimento e a novas instalações. Pesquisas básicas significam menos de 10 por cento. A Fundação Nacional de Ciência fornecerá a coordenação geral, relativamente a pesquisas básicas de natureza científica. A Fundação encontra-se atualmente ocupada em um completo estudo sôbre pesquisas e sôbre a ciência da política nacional.

Quase dois terços dos fundos do Governo Federal para pesquisas e desenvolvimento, são despendidos em contratos com a indústria. Cêrca de um terço é gasto em operações diretas levadas a efeito nos laboratórios e outras instalações federais. Uma pequena parte é despendida em auxílios e contratos com instituições educacionais que não visam lucro.

AUXÍLIO FEDERAL A GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O auxílio federal a governos estaduais e municipais é geralmente concedido para ajudar as atividades dos Estados e municípios, que forem de interesse nacional. Em sua mensagem orçamentária o Presidente afirmou: "Nos casos em que se fizer necessária a participação Federal, os esforços da administração serão no sentido de desenvolver a idéia de sociedade e nunca uma posição de exclusividade e paternalismo por parte do Governo Federal".

Encontra-se atualmente em estudo pela Comissão de Relações Intergovernamentais, o papel exato que o Governo Federal deverá desempenhar em relação aos governos estaduais e municipais. Dá uma particular atenção às subvenções e outros auxílios aos Estados e suas subdivisões — bem como a fontes de impostos, funções governamentais, e imunidades intergovernamentais de impostos. Espera-se que a Comissão fará, brevemente, um relatório sobre certos aspectos da tarefa que lhe incumbe.

O auxílio federal consiste sobretudo em subvenções, mas inclui também empréstimos e adiantamentos reembolsáveis, e participação de rendas. As despesas orçamentárias para este auxílio em 1955, são estimadas em 2,7 bilhões de dólares. Igualarão aproximadamente 10 por cento das rendas dos governos estaduais e municipais, provenientes de outras fontes. Essas despesas de auxílio federal estão incluídas nas despesas orçamentárias, discutidas na II parte deste folheto, onde foram classificadas juntamente com os programas a que se referem. Agrupam-se nesta última parte a fim de demonstrar a magnitude e os tipos de auxílio federal aos governos estaduais e municipais. Em alguns casos, os dados numéricos das despesas são um tanto diversos dos da II parte. A diferença representa as despesas federais de administração desses programas. Conforme apresentam-se aqui, as despesas significam pagamentos feitos a governos estaduais e municipais. Perto da metade do total das despesas federais de auxílio, no exercício de 1955, referem-se à assistência pública. Os auxílios federais destinam-se também a escolas, localizadas em áreas de intensa atividade federal; à administração de serviços de compensações por desemprego e para localização de trabalho; almoços para crianças em idade escolar; saúde pública; e recuperação vocacional. Outras subvenções importantes dizem respeito a programas de construção — auxílio para a construção de rodovias, escolas em áreas de intensa atividade federal, e hospitais. Concedem-se também subvenções consideráveis para programas de construção de moradias populares de baixo aluguel, para demolição de favelas e para projetos de redensolvimento urbano.

Calcula-se que o auxílio federal, na forma de empréstimos e adiantamentos reembolsáveis abrangem despesas da ordem de 941 milhões de dólares, em 1955. As arrecadações de empréstimos e adiantamentos são calculadas em 1.118 milhões

de dólares. Conseqüentemente, calcula-se uma receita líquida de 177 milhões de dólares para empréstimos e adiantamentos reembolsáveis aos governos estaduais e municipais, em 1955. A maior parte deste tipo de auxílio federal destina-se à construção de moradias populares de baixo aluguel e a projetos de redensolvimento urbano.

O terceiro tipo de auxílio federal é a participação de rendas. Essas rendas são arrecadadas pelo Governo Federal e então distribuídas entre os governos estaduais e municipais. Provêm principalmente da administração de terrenos públicos. Por exemplo, o Governo Federal entrega aos Estados ou às suas subdivisões uma parte do produto da venda ou arrendamento de certas propriedades, produtos e serviços do Governo Federal. Muitas vezes as leis federais exigem que parte destinada aos estados ou municípios seja utilizada na construção de escolas, ou de escolas e rodovias, no município onde se localizam as terras de propriedade do Governo Federal. A participação das rendas abrangem menos de 2 por cento das despesas federais para auxílio aos governos estaduais e municipais.

PROGRAMAS FEDERAIS DE CRÉDITO

Na execução de várias programas importantes, autorizados pelo Congresso, os órgãos governamentais concedem empréstimos, ou dão sua garantia e empréstimos concedidos por bancos particulares ou outras instituições de crédito. Por exemplo, como parte dos programas federais para melhoramento de moradias e estímulo à aquisição de casa própria, os órgãos governamentais dão garantia a cerca de 50 por cento dos novos empréstimos para construção de casas, por meio de hipotecas. Da mesma forma, a concessão de créditos constitui parte importante do programa federal de estímulo de pequenas fazendas eficientes, onde trabalham uma família inteira.

O seguro e as garantias do Governo Federal não abrangem, normalmente, despesas orçamentárias. Em programas de empréstimos diretos, as arrecadações de empréstimos pendentes ficam geralmente disponíveis para novos empréstimos. Essas arrecadações ultrapassam sempre os desembolsos efetuados com novos empréstimos. No exercício de 1955, por exemplo, calcula-se que os reembolsos de antigos empréstimos ultrapassarão os desembolsos com os novos empréstimos.

O volume de "novos compromissos" — solicitações de órgãos do governo para conceder empréstimos diretamente ou para segurar ou garantir empréstimos particulares — indica o nível e as tendências das atividades federais de crédito. Estima-se, para o exercício de 1955, um total de novos compromissos no montante de 12,5 bilhões de dólares, o que representa uma redução de mais de 2 bilhões de dólares em relação aos anos de 1953 a 1954. Em vista do aumento de confiança nos empréstimos particulares garantidos pelo Governo em lugar de empréstimos particulares garantidos pelo Governo, em lugar de empréstimos diretos

as garantias e o seguro federais a empréstimos particulares representam 70 por cento dos novos compromissos para o exercício de 1955, que se compara a 67 por cento para 1954 e 64 por cento para 1953.

A preferência concedida aos empréstimos particulares garantidos pelo Governo é visível nas tendências dos empréstimos pendentes e garantias. Os empréstimos diretos pendentes (inclusive compromissos não desembolsados) deverão, segundo se espera, decair do máximo de 19,1 bilhões de dólares, em 30 de junho de 1953, para 17,8 bilhões de dólares em fins do exercício de 1955. Por outro lado, o seguro e as garantias do Governo Federal a empréstimos particulares, continuarão a crescer, durante o mesmo período, passando de 30,9 bilhões de dólares para uma estimativa de 37,5 bilhões de dólares.

Os créditos concedidos para programas agrícolas, supervisionados pelo Departamento da Agricultura e pela Administração do Crédito Agrícola, totalizarão 4,5 bilhões de dólares em 1955. Os principais programas de crédito agrícola abrangem: (1) empréstimos e garantias da Corporação de Crédito de Mercadorias para preços de subvenção; (2) empréstimos concedidos pelos bancos intermediários de crédito do Governo Federal, para auxiliar o financiamento da produção agrícola; (3) empréstimos para eletrificação e linhas telefônicas concedidos pela Administração de Eletrificação Rural; e (4) empréstimos concedidos pela Administração da Casa do Fazendeiro, para despesas de operação e produção agrícola, para aquisição e melhoramento de fazendas e para construção de moradias rurais.

Cinco importantes programas, supervisionados pelo Órgão de Financiamento da Casa Própria abrangem 4,4 bilhões de dólares ou 35 por cento da estimativa feita para os novos compromissos em 1955. (1) A Administração Federal para Construção de Moradias segura empréstimos

concedidos por instituições de empréstimos particulares, para aquisição, construção e melhoramento de moradias. (2) A Associação Nacional Federal de Hipotecas proporciona um mercado secundário de hipotecas, para a hipoteca de casas, segurada pela Administração Federal para Construção de Moradias ou garantida pela Administração de Veteranos de Guerra. (3) A Administração da Casa Popular concede empréstimos, diretamente, e garante empréstimos particulares a fim de auxiliar as autoridades municipais na construção de moradias populares de baixo aluguel. (4) O Administrador da Casa Popular concede empréstimos, diretamente, e garante empréstimos particulares às comunidades para a eliminação de favelas e o re-desenvolvimento de áreas afetadas. (5) O Administrador da Casa Popular concede empréstimos, diretamente, para a construção de moradias para estudantes e membros do corpo docente em instituições educacionais.

Calcula-se que os novos compromissos para empréstimos destinados a veteranos de guerra, garantidos pela Administração dos Veteranos de guerra, continuarão a ser superiores a 3 bilhões de dólares, no exercício de 1955. Quase 90 por cento desses empréstimos garantidos serão utilizados na aquisição ou melhoramento de moradias.

Outros importantes programas de empréstimos em vigor, do Governo Federal, incluem empréstimos e garantias, consoante a Lei de Produção para Defesa, destinados a expandir a produção necessária à defesa, empréstimos concedidos pela Administração de Pequenos Negócios para fazer face às necessidades especiais de negócios de pequeno vulto, e empréstimos externos concedidos pelo Banco de Exportação e Importação e pela Administração de Operações Externas. Encontam-se em face de liquidação os programas de empréstimo da Corporação para o Financiamento da Reconstrução.